

BID – CICLO DE PROJETO:

Orientações

Fonte: <http://www.iadb.org/pt/projetos/>

BID – CICLO DE PROJETOS



Fonte original: <http://www.iadb.org/pt/projetos/conclusao-relatorios,1275.html>

ETAPA 1: PREPARAÇÃO

Operações com Garantia Soberana

O Banco define e revisa periodicamente suas estratégias de país por meio de um diálogo estruturado e contínuo com o país membro mutuário. O país e o Banco identificam conjuntamente iniciativas a ser incorporadas ao fluxo de projetos ativo do Banco. Para identificar essas iniciativas, utilizam-se várias tarefas importantes: estudos de diagnóstico, formulação de objetivos, análise de alternativas e seleção do instrumento financeiro. Os resultados dessas tarefas são desenvolvidos em um [Perfil de Projeto](#) (PP).

O PP oferece informações básicas sobre o projeto, como sua justificativa e objetivos, os aspectos técnicos e informações relevantes sobre o setor, as salvaguardas ambientais e sociais propostas, uma avaliação fiduciária, montante de financiamento projetado e um cronograma preliminar para a execução do projeto. O PP é avaliado primeiramente na [Reunião de Análise de Elegibilidade](#) (ERM), que determina a elegibilidade da operação e sua estratégia para o desenvolvimento e valida seu cronograma e necessidades de recursos.

Depois da aprovação do PP pela ERM, é elaborada a [Proposta de Desenvolvimento da Operação](#) (POD). A POD especifica as atividades, recursos e cronograma necessários para preparar e supervisionar o projeto. A POD também inclui a [Matriz de Eficácia no Desenvolvimento](#) (DEM), o [Plano de Monitoração e Avaliação](#) (M & E) e a [Taxa de Retorno Econômico](#) (ERR). A POD é avaliada para determinar se os recursos da instituição serão apropriadamente usados.

REUNIÃO DE ANÁLISE DE ELEGIBILIDADE (ERM)

Para começar, as propostas identificam o desafio de desenvolvimento a ser abordado pelo projeto e fornecem um diagnóstico analítico que leva a uma solução proposta seguindo uma lógica clara. As soluções são baseadas em evidências, no sentido de sua eficácia ter sido documentada, ou então existe uma base lógica convincente para a intervenção e meios de gerar conhecimento sobre sua eficácia. As propostas também quantificam o tamanho do problema e a relevância da intervenção. Todas essas informações são apresentadas ao lado de uma matriz de resultados e de um plano de monitoração e avaliação. As propostas são classificadas em termos de sua adequação às prioridades estratégicas, possibilidade de avaliação (o que envolve análise lógica, econômica e de risco, além de monitoração e avaliação) e adicionalidade, por meio da Matriz de Eficácia no Desenvolvimento (DEM).

Matriz de Eficácia no Desenvolvimento (DEM)

O Banco mede a capacidade de avaliação de intervenções de desenvolvimento usando um conjunto de matrizes de eficácia no desenvolvimento, ou DEMs. Essas matrizes, baseadas em Padrões de Boas Práticas produzidos pelo [Grupo de Cooperação em Avaliação](#) (ECG), são listas de requisitos analíticos e informativos. As DEMs permitem identificar se os produtos atendem a um conjunto mínimo de requisitos de informação, de modo que seja possível realizar uma monitoração confiável e credível durante a fase de execução e apresentar os resultados da intervenção de maneira rigorosa em sua conclusão por meio de avaliação.

Monitoração e Avaliação (M & E)

A Monitoração e Avaliação (M & E) inclui processos, sistemas e ferramentas para analisar o desempenho de intervenções de desenvolvimento do Banco. A função de monitoração identifica a situação de um projeto com relação a seus resultados esperados e parâmetros estimados de tempo e custo, enquanto a avaliação usa evidências empíricas para identificar em que medida os resultados e impactos são alcançados. A avaliação passou de comparações reflexivas para o uso de metodologias mais rigorosas. Há vários métodos para conduzir avaliações, sendo o mais rigoroso deles o uso de distribuição aleatória para criar grupos experimentais e de controle. Se a distribuição aleatória não for viável, o BID pode usar métodos alternativos para produzir uma comparação confiável (abordagens quase-experimentais).

Taxa de Retorno Econômico (ERR)

Muitas das operações do BID incluem uma análise econômica usando a Taxa de Retorno Econômico (ERR) para avaliar a contribuição dos esforços do Banco para o

desenvolvimento econômico. A ERR compara a taxa de juros de uma operação com os custos de capital e benefícios para os países, descontado com a vida útil da operação. Outros indicadores de eficácia de custos também são usados, como indicadores indiretos (proxies) para acompanhar as contribuições para o desenvolvimento econômico ao longo da vida do projeto.

A POD passa por análises posteriores na [Revisão de Qualidade e Risco](#) (QRR). Ajustes adicionais são feitos se necessário e, então, é preparada uma [Proposta Preliminar de Empréstimo](#) (DLP) para aprovação pelo [Comitê de Políticas Operacionais](#) (OPC). Depois da aprovação da DLP pelo OPC, a equipe de projeto pode começar a distribuir o documento para exame e aprovação da Diretoria.

Tarefas básicas:

- [Perfil do Projeto](#) (PP)
- [Proposta de Desenvolvimento da Operação](#) (POD) / [Proposta Preliminar de Empréstimo](#) (DLP), incluem:
 - [Matriz de Eficácia no Desenvolvimento](#) (DEM)
 - [Plano de Monitoração e Avaliação](#) (M & E)
 - [Taxa de Retorno Econômico](#) (ERR)

ETAPA 2: APROVAÇÃO

Operações Sem Garantia Soberana

Como parte de seu mandato com o setor privado, o BID pode oferecer financiamento para grandes entidades como bancos comerciais e investidores institucionais. Por meio de seu [Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo](#) (SCF) e do Fundo Fiduciário Multidoadores do BID para Beneficiar Mercados Mal Atendidos, da Iniciativa [Oportunidades para a Maioria](#) (OM), o BID faz parcerias com o setor privado em projetos que contribuam para o desenvolvimento de seus [países membros mutuários](#).

O projeto começa com a criação de um [Perfil de Projeto](#) (PP), que oferece informações básicas preliminares sobre o projeto. O PP para [operações Sem Garantia Soberana](#) (NSG) também inclui uma [Estratégia Ambiental e Social](#) (ESS). O PP é, então, analisado quanto à sua elegibilidade e, se aprovado, prossegue para a auditoria, que é realizada pelo escritório da [Vice-Presidência para o Setor Privado e Operações Sem Garantia Soberana](#) (VPP).

Essas atividades resultam em uma [Proposta Preliminar de Empréstimo ou Garantia](#) (DLGP), que passa por novas análises na [Revisão de Qualidade e Risco](#) (QRR). A QRR examina a estrutura do projeto conforme negociada com o cliente, os resultados da auditoria em questões relacionadas a aspectos técnicos, jurídicos, ambientais, sociais e outros, e o impacto potencial para o desenvolvimento. Depois da QRR, a DLGP é apresentada ao [Comitê de Políticas Operacionais](#) (OPC) para análise. Completada essa análise, a [Proposta de Empréstimo ou Garantia](#) (LGP) final é apresentada à Diretoria. Também depois da aprovação pelo OPC, é preparado um [Resumo do Projeto](#) (PA) para

ser divulgado ao público.

Tarefas básicas:

- [Perfil do Projeto](#) (PP)
- [Estratégia Ambiental e Social](#) (ESS)
- [Resumo do Projeto](#) (PA)
- [Proposta Preliminar de Empréstimo ou Garantia](#) (DLGP)

Operações com Garantia Soberana

Depois que a Diretoria aprova o projeto, o contrato de empréstimo pode ser assinado pelo país membro mutuário.

Tarefa básica:

- [Proposta de Empréstimo](#) (LP)

Operações Sem Garantia Soberana

Depois que a Diretoria aprova [Proposta de Empréstimo ou Garantia](#) (LGP), o contrato de empréstimo pode ser assinada pelo Banco e pelo tomador do empréstimo. Um [Memorando Pré-fechamento](#) também é elaborado para especificar os termos e condições finais do contrato.

Tarefas básicas:

- [Proposta de Empréstimo ou Garantia](#) (LGP)
- [Memorando Pré-fechamento](#)

ETAPA 3: EXECUÇÃO

Operações com Garantia Soberana

Depois que o contrato de empréstimo é assinado, a execução pode ter início. A execução de projetos do setor público inclui monitoração periódica das atividades e resultados por meio do [Relatório de Resultados do Empréstimo](#) (LRR) e do [Relatório de Monitoração do Progresso](#) (PMR). A execução inclui também supervisão e monitoração de atividades em relação a desembolsos, gestão financeira, procedimentos de aquisições, gestão de risco e/ou política de cumprimento de salvaguardas.

Tarefas básicas:

- [Relatório de Resultados do Empréstimo](#) (LRR)
- [Relatório de Monitoração do Progresso](#) (PMR)

Operações Sem Garantia Soberana

Depois que o contrato de empréstimo é assinado, o primeiro desembolso pode ser feito e a execução pode começar. [Relatórios de Supervisão do Projeto](#) (PSRs) são preparados anualmente, e trimestralmente para projetos selecionados.

Tarefa básica:

- [Relatório de Supervisão do Projeto](#) (PSR)

ETAPA 4: CONCLUSÃO E RELATÓRIOS

Operações com Garantia Soberana

Depois de um projeto ter sido executado, são feitas avaliações para medir seus resultados para o desenvolvimento. Os [Relatórios de Conclusão do Projeto](#) (PCRs) contribuem para o aprendizado institucional dentro do BID e para a prestação de contas do Banco, porque são uma fonte fundamental de informações sobre o desempenho e os resultados de um projeto. Sob o [Marco da Eficácia no Desenvolvimento](#) (DEF), a produção de PCRs foi melhorada e os resultados estão sendo validados a fim de estabelecer referências para os dados contidos nos relatórios. O BID também produz [Avaliações de Impacto](#) (IEs) e seu [Escritório de Avaliação e Supervisão](#) (OVE) coleta dados de avaliação pós-execução para incluir em relatórios abrangentes sobre tendências gerais observadas em projetos realizados pelo Banco. Essas conclusões e achados serão úteis no planejamento e desenvolvimento de projetos futuros baseados em resultados empíricos.

Tarefas básicas:

- [Relatório de Conclusão do Projeto](#) (PCR)
- [Avaliação de Impacto](#) (IE)

Operações Sem Garantia Soberana

Depois de um projeto ter sido executado ou ao chegar perto da conclusão, é preparado um [Relatório Expandido de Supervisão do Projeto](#) (XPSR). O [Escritório de Avaliação e Supervisão](#) (OVE) também coleta dados de avaliação pós-execução para incluir em seu relatório consolidado. Essas conclusões e achados serão úteis no planejamento e desenvolvimento de projetos futuros baseados em resultados reais.

Tarefa básica:

- [Relatório Expandido de Supervisão do Projeto](#) (XPSR)

Glossário de ciclo de projetos

Proposta Preliminar de Empréstimo para operações com Garantia Soberana (DLP) é apresentada ao Comitê de Políticas Operacionais para análise antes de ser levada à Diretoria. A DLP é preparada depois da Revisão de Qualidade e Risco da Proposta de Desenvolvimento da Operação.

Proposta Preliminar de Empréstimo ou Garantia (DLGP) para operações Sem Garantia Soberana é apresentada ao Comitê de Políticas Operacionais para análise antes de ser levada à Diretoria. A DLGP é preparada depois da auditoria realizada pelo Escritório da Vice-Presidência para o Setor Privado e Operações Sem Garantia Soberana.

Reunião de Análise de Elegibilidade (ERM) determina a elegibilidade da operação e como ela se relaciona com a estratégia de país do Banco e valida seu cronograma e necessidades de recursos.

Estratégia Ambiental e Social (ESS) é preparada como parte da auditoria do Banco para determinar a viabilidade de um projeto em operações Sem Garantia Soberana, avaliando seus aspectos ambientais e sociais.

Relatório Expandido de Supervisão do Projeto (XPSR) é preparado para projetos de operações Sem Garantia Soberana depois de sua conclusão.

Proposta de Empréstimo (LP) é apresentada à Diretoria para aprovação final de operações com Garantia Soberana. Inclui também a Matriz de Eficácia no Desenvolvimento, o Plano de Monitoração e Avaliação e a Taxa de Retorno Econômico.

Proposta de Empréstimo ou Garantia (LGP) é apresentada à Diretoria para aprovação final antes das negociações com os mutuários em operações Sem Garantia Soberana.

Operações Sem Garantia Soberana (NSG) facilitam investimentos do setor privado em projetos confiáveis que tenham um impacto positivo sobre o desenvolvimento. Operações NSG incluem empréstimos para o setor privado, governos subnacionais, iniciativas público-privadas e projetos financiados por meio da Iniciativa Oportunidades para a Maioria.

Comitê de Políticas Operacionais (OPC) supervisiona a adequação do programa de empréstimos do Banco ao marco de políticas e de riscos da instituição.

Memorando Pré-fechamento especifica os termos e condições finais do contrato para operações Sem Garantia Soberana.

Resumo do Projeto (PA) é uma Proposta de Empréstimo resumida criada para divulgação pública em operações Sem Garantia Soberana.

Perfil do Projeto (PP) oferece informações básicas sobre o projeto, incluindo sua justificativa e objetivos, os aspectos técnicos e informações relevantes sobre o setor, as salvaguardas ambientais e sociais propostas, uma avaliação fiduciária, o montante de financiamento projetado e um cronograma preliminar para a execução do projeto.

Relatório de Conclusão do Projeto (PCR) avalia os resultados obtidos por um projeto em operações com Garantia Soberana, sua sustentabilidade de longo prazo e lições aprendidas para melhorar a formulação e a execução de projetos futuros.

Relatórios de Supervisão do Projeto (PSRs) são preparados periodicamente (em geral anualmente) para operações Sem Garantia Soberana.

Proposta para o Desenvolvimento de Operações (POD) especifica as atividades, recursos e cronograma necessários para preparar e supervisionar o projeto. A POD também inclui a Matriz de Eficácia no Desenvolvimento, o Plano de Monitoração e Avaliação e a Taxa de Retorno Econômico.

Revisão de Qualidade e Risco (QRR) examina a qualidade do projeto e seus riscos associados, incluindo riscos ambientais e sociais, com o propósito de melhorá-lo. É um processo fortemente direcionado para obter comentários de todo o Banco sobre propostas de projeto e analisar todos os problemas potenciais.

Operações com Garantia Soberana (SG) focam empréstimos ao setor público, como empréstimos a países membros mutuários para projetos de desenvolvimento.